

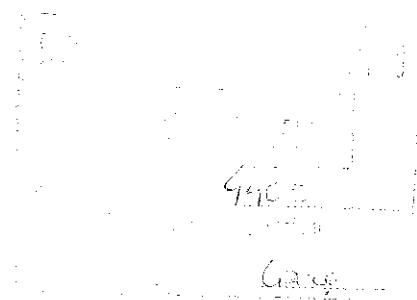
TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO

Proc.02518/99

1ª Secção do Contencioso Administrativo

2ª Subsecção

Rec.Contencioso



Exmº Senhor
Juiz Desembargador

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., adiante apenas CGD, recorrente nos autos referenciados, em que é recorrida a Comissão Nacional de Protecção de Dados, adiante simplesmente CNPD, notificada nos termos do despacho de fls. 153, e para os efeitos do disposto no art. 54º da L.P.T.A., relativamente às questões prévias oficiosamente suscitadas, vem dizer o seguinte:

1º

Vem o presente recurso interposto da decisão constante do parágrafo final da Deliberação nº 91/98 de 04.12 da CNPD, na parte que à CGD se refere (sublinhado nosso).

2º

Contudo, de acordo com o entendimento ora perfilhado no douto Parecer do Exmº Representante do M.P. a CGD não seria destinatária da Deliberação em apreço e por isso conclui pela ilegitimidade da recorrente.

3º

E vem dito também que, ainda que assim não se entendesse, a Deliberação nº 91/98 é mero acto confirmativo da anterior Deliberação 85/98, e como tal irrecorrível.

4º

Ora, salvo o devido respeito, que é muito, entende a recorrente, ao contrário do que afirma o digníssimo representante do M.P., que:

- à CGD assiste legitimidade para os termos do presente recurso; e
- o acto objecto dos presentes autos não pode de forma alguma ser qualificado como acto meramente confirmativo;

como de seguida se demonstrará.

5º

Desde logo, e no que tange à suscitada ilegitimidade da recorrente CGD, cumpre referir que, embora do texto da Deliberação aqui recorrida não resulte, no imediato, a identificação da CGD como destinatária da mesma, a verdade é que é inequívoco que no entendimento da CNPD, a CGD se encontra vinculada ao cumprimento da mesma;

6º

Aliás, de outra forma, e se a Deliberação aqui em apreço se limitasse a analisar as reclamações apresentadas pelo Santander e pelo BCI, com que finalidade e como se explicaria que a CNPD notificasse a CGD do teor da mesma, nos termos do Ofício junto aos autos?

7º

Na verdade, apesar de a CGD não ter apresentado reclamação da anterior Deliberação 85/98, é manifesto que a CNPD, depois de se pronunciar de facto sobre as reclamações daquelas instituições de crédito, e no âmbito das competências que lhe estão cometidas, veio pronunciar-se sobre a nova legislação relativa à matéria também abordada nas reclamações, lendo-se impressivamente logo no 1º parágrafo do ponto II. : “Tanto os reclamantes como a CGD enunciam algumas disposições da nova lei...”

8º

Ademais, do teor da Deliberação nº 91/98 resulta para as instituições financeiras a obrigação de procederem à eliminação daqueles dados no prazo de 90 dias.

Ora,

9º

É indiscutível que a recorrente é uma instituição financeira;

10º

E que no âmbito da sua actividade tem de aplicar a legislação que foi objecto de apreciação na referida Deliberação já que tem um ficheiro e lida com os dados em apreço

11º

Estando também provado que foi pessoalmente notificada pela CNPD do teor da Deliberação referenciada, como já referimos.

12º

E se assim foi, é porque a CNPD quis que a CGD acatasse os precisos termos em que na Deliberação 91/98 se pronunciou sobre a manutenção dos ficheiros automatizados das instituições financeiras face à nova legislação.

13º

Querendo a CNPD vincular a CGD ao cumprimento da parte final da Deliberação 91/98 através do Ofício que remeteu à recorrente.

14º

Perante o exposto não se crê possível sustentar que a CGD não é de todo destinatária da Deliberação 91/98.

15º

A recorrente tem, pois, interesse directo, pessoal e legítimo na anulação do acto recorrido, o que é atestado pela circunstancia de a própria autora do acto lho ter dirigido individualizadamente, como se viu.

16º

E assim, improcede de facto e de direito a invocada ilegitimidade da recorrente para os termos do presente recurso.

17º

Defender o contrário seria admitir que do ponto de vista da Administração a CGD é indiscutivelmente destinatária de um acto de conteúdo impositivo, mas já no plano das garantias de defesa dos administrados o Tribunal negar-lhe-ia qualquer hipótese de defesa ao vedar-lhe o acesso à via contenciosa porque para esse efeito já não seria considerada destinatária do acto recorrido

18º

Por outro lado, e sem menosprezo pelo labor argumentativo que vem aduzido, entende a recorrente não ser também sustentável que a Deliberação nº 91/98 na parte objecto do presente recurso contencioso tenha a natureza de acto meramente confirmativo da anterior Deliberação nº 85/98.

19º

Pelo contrário, o acto aqui impugnado aparece na ordem jurídica com um conteúdo autónomo em relação aquela anterior deliberação.

20º

Como, aliás, se conclui da leitura das duas deliberações mencionadas e juntas aos autos, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.

Senão vejamos,

21º

Na parte II da Deliberação 91/98, aqui sindicada, a CNPD reaprecia a matéria do tratamento e manutenção de dados de informação sobre cheques sem provisão à luz de um novo diploma legal – a Lei 67/98 de 26.10- logo, com invocação de fundamentos distintos.

22º

Na verdade, a CNPD , através do acto aqui posto em crise, veio impor a adopção de uma conduta, determinando até um prazo para a execução da mesma, distinto do prazo constante da deliberação anterior.

23º

E é a própria entidade recorrida que veio afirmar nos autos que *“utilizou agora- na Deliberação nº 91/98- uma nova competência que lhe foi atribuída pelo art. 23º nº 1 al.f) da lei 67/98: a de fixar o tempo de conservação dos dados pessoais em função da finalidade”*- cfr. art 8º da resposta apresentada pela recorrida em 06.05.99.

24º

Ademais, a admitir-se que esta Deliberação 91/98 consubstancia um acto meramente confirmativo da anterior Deliberação 85/98, o que apenas se concede por mera hipótese de raciocínio, dificilmente se compreenderia toda a cautela e exaustividade com que aquela entidade aprecia as várias questões abordadas na parte II, a qual, ainda por cima , tem a impressiva epígrafe de *“II. A nova legislação de protecção de dados”*, quando poderia simplesmente remeter para a anterior Deliberação nº 85/98.

25º

Concluindo-se, assim, que a CNPD reequaciona os problemas relacionados com o tratamento destes dados em função do seu novo enquadramento jurídico, decidindo de forma inovatória as questões pertinentes.

26º

Por conseguinte, não existe entre as duas deliberações a identidade de conteúdo, de fundamento e de pressupostos jurídicos indispensável para qualificar a segunda como um acto meramente confirmativo, e por isso insusceptível de recurso contencioso.

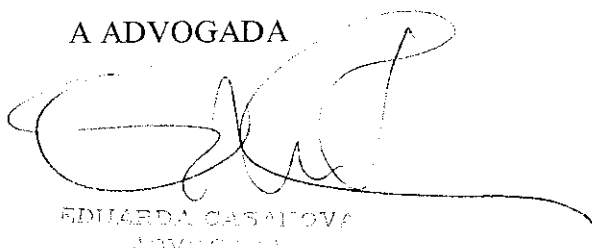
27º

Em suma, o disposto no parágrafo final da Deliberação 91/98 conforma um novo acto com fundamentos diversos do anterior, proferido agora em resultado da reapreciação da matéria à luz da nova lei da protecção de Dados Pessoais- Lei nº 67/98 de 26 .10, e é, por isso, sindicável nesta sede.

Termos em que, pelas razões expostas, deve ser julgada improcedente a questão da ilegitimidade da recorrente, atento o disposto no art. 46º do RSTA, bem como a da irrecorribilidade do acto impugnado, para o efeito do disposto no art. 25º da LPTA, ordenado-se, em conformidade, o prosseguimento dos autos com a prolação de decisão de mérito quanto aos termos do recurso contencioso interposto.

JUNTA: Procuração forense.

A ADVOGADA



EDUARDA CASANOVA
ADVOGADA

DE VITÓRIA, 11 de Maio de 2017
CIVIL, 11 de Maio de 2017
Av. da Liberdade, 120 - 1250-149 LISBOA
1200-149 LISBOA

Tribunal Central Administrativo

Processo nº 2518/99.

1ª Secção.

Acordam na 1ª Secção, 2ª Subsecção, do Tribunal Central Administrativo :

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA, interpõe recurso contencioso da “decisão constante do parágrafo final” da Deliberação nº 91/98, de 4/12, da Comissão Nacional de Protecção de Dados, “na parte que à CGD se refere”, alegando para o efeito o que consta da petição de recurso.

A autoridade recorrida respondeu defendendo a improcedência do recurso contencioso (Cfr. fls. 93 a 101)

A fls. 104 verso, o relator suscitou oficiosamente as questões prévias de saber se a CGD é destinatária da deliberação aqui impugnada e se não terá sido a deliberação nº 85/98 da mesma Comissão, já sindicada neste Tribunal, que decidiu a sua situação jurídica face à Administração.

Cumpriu-se o disposto no artº 54º da LPTA e relegou-se para final o conhecimento dessas matérias.

A recorrente apresentou as alegações finais de fls. 118 e segs., cujas conclusões se juntam mediante fotocópia extraída dos autos.

conjugação com o regime disposto no Decreto-Lei nº 454/91 e na Instrução nº 1/98 do Banco de Portugal, erros dos quais resulta a invalidade do acto impugnado.


CONCLUSÕES:

- 1ª A finalidade que preside à recolha e manutenção de dados sobre cheques sem provisão não se reconduz exclusivamente ao cumprimento das obrigações legais impostas pelo DL nº 454/91, de modo a que tal informação deva ser eliminada quando cessem tais obrigações;
- 2ª A manutenção de tais dados resulta também legitimada, ainda nos termos da al. b) do Artº. 6º da Lei nº 67/98, porque é indispensável para a Recorrente dar cumprimento a outras obrigações legais que sobre ela impedem, decorrentes de normas regulamentares do Banco de Portugal, constantes da Instrução nº 1/98;
- 3ª A obrigação imposta às instituições de crédito na Instrução nº 1/98, de comunicar a celebração de novas convenções de cheque ao Banco de Portugal, não é configurável como um “interesse legítimo” daquelas instituições, que não deverá prevalecer nos termos da al. c) do Artº. 6º da Lei nº 67/98, como defende a CNPD;
- 4ª. Trata-se, antes, de uma obrigação imposta às instituições de crédito, cujo cumprimento só será exigível quando legalmente lhes for permitido celebrar nova convenção de cheque e que, como tal, deve ser enquadrada na al. b) do Artº. 6º da Lei nº 67/98;
- 5ª Não cabe às instituições de crédito suscitar a pretensa ilegalidade das instruções do Banco de Portugal, encontrando-se as mesmas vinculadas ao seu cumprimento enquanto estas se mantiverem em vigor;
- 6ª Há ainda legitimidade para a manutenção da informação sobre cheques sem provisão porque a mesma é indispensável para o exercício de direitos e o cumprimento de deveres fundados em outras normas igualmente vigentes no ordenamento jurídico (cfr. artº. 35º destas alegações);
- 7ª Assim, a execução pela Recorrente do acto recorrido prejudicaria irremediavelmente o cumprimento de deveres regulamentares, a observância de determinações judiciais e o exercício legítimo de direitos de que é titular;
- 8ª Por outro lado, os registos sobre cheques sem provisão incluem-se no ficheiro da CGD denominado SISTEMA DE CLIENTES, reconduzindo-se a finalidade de recolha e manutenção daqueles registos, afinal, à mesma finalidade genérica de

620
4

natureza contratual e comercial permitida à CGD na Autorização nº 51/95 para a legalização daquele ficheiro (cfr. artº. 3º destas alegações);

- 9ª Na verdade, as informações sobre cheques sem provisão relevam para a apreciação da postura global do cliente no mercado e para as decisões comerciais da instituição de crédito relativas a todo um vasto leque de relações contratuais a estabelecer com o cliente, devendo, por este motivo, essa informação ser mantida pelo prazo autorizado genericamente para a conservação da totalidade dos dados constantes do ficheiro SISTEMA DE CLIENTES;
- 10ª Em função deste entendimento, a CGD não interpôs, nem tinha que o fazer, recurso contencioso da Autorização nº 51/95 no que se refere ao “prazo de conservação” da informação sobre cheques sem provisão;
- 11ª A própria CNPD concorda com a manutenção da informação contabilística sobre cheques sem provisão pelo “prazo geral de 10 anos”, preocupando-se, antes, com o “prazo de conservação” dos denominados “indicadores”, os quais, por desempenharem uma função instrumental de acesso aos registos histórico/contabilísticos, não fundam qualquer apreciação por parte das instituições de crédito sobre a postura do cliente no mercado;
- 12ª Se é permitida a manutenção da informação histórica pelo prazo geral constante da Autorização nº 51/95, não faz sentido questionar “o prazo de conservação” de um mero meio informático de consulta daquela informação, sendo esta, em última instância, a questão crucial em apreciação no presente recurso;
- 13ª São os registos históricos que permitem avaliar o comportamento do cliente, aferindo, por exemplo, o número de incidentes registados e a existência ou não de regularização atempada, elementos estes que só por si têm um significado substancial para o restabelecimento da confiança naquele cliente, sendo os “indicadores” um meio indispensável e fundamental de consulta daqueles registos históricos;
- 14ª Acresce que o objecto e âmbito de aplicação do DL nº 454/91 não é a regulamentação de bases de dados relativas a cheques sem provisão e muito menos relativas a riscos de crédito das instituições na prossecução da sua actividade comercial;
- 15ª A Recorrente nunca pretendeu a “partilha de dados” sobre cheques sem provisão, com as “empresas do Grupo CGD”. Os limites e parâmetros da comunicação de quaisquer dados a essas empresas constam da Autorização nº 51/95 e extravasam o objecto deste recurso que se circunscreve à questão do “prazo de conservação” de “indicadores” sobre cheques sem provisão, no âmbito da prossecução das actividades permitidas por lei à CGD, enquanto instituição de crédito;
- 4-8

- 16ª A verdade é que nas relações estabelecidas com o titular dos dados domina o princípio da autonomia privada, sendo essencial que as instituições de crédito disponham da informação que vai presidir à livre formação e manifestação da sua vontade de contratar e celebrar não só cada convenção de cheque, como toda uma multiplicidade de contratos bancários;
- 17ª A CNPD restringe a sua análise à protecção dos direitos fundamentais do indivíduo face à utilização da informática, preterindo sempre os interesses de natureza contratual e comercial, aliás também eles alicerçados em direitos fundamentais, a saber, o direito de iniciativa económica privada (Art. 61º, nº 1, da Constituição) e que a nova Lei da Protecção de Dados Pessoais veio acolher através das previsões das alíneas a) e e) do seu Artigo 6º;
- 18ª Resulta de um equívoco estabelecido pela Recorrida entre a mera liberdade naturalística e os verdadeiros direitos subjectivos, a posição defendida por esta de que se verifica uma discriminação e afectação dos direitos subjectivos do titular dos dados, ao crédito e à solvabilidade, direitos estes que não são reconhecidos nem beneficiam de tutela no nosso ordenamento jurídico. Na verdade, não está em causa qualquer violação de direitos subjectivos mas, tão-só, uma lesão fáctica ao exercício da liberdade genérica e naturalística de actuação;
- 19ª Se existisse o direito do titular dos dados ao crédito, existiria a correlativa obrigação das instituições concederem empréstimos o que resulta contraditório com a posição da CNPD ao admitir que a actuação das instituições de crédito releva da sua autonomia privada, correspondendo ao exercício de uma faculdade e nunca ao cumprimento de uma obrigação;
- 20ª E se os únicos direitos subjectivos que a CNPD considera afectados não são reconhecidos pelo nosso ordenamento jurídico, então não há qualquer violação de direitos subjectivos relevante para o Direito, não existindo qualquer fundamento de natureza jurídica que obste à conservação duradoura dos dados sobre cheques sem provisão, cujo tratamento e manutenção resulta assim legitimado pela prossecução de interesses legítimos de natureza comercial, das instituições de crédito, nos termos da al. e) do Artº. 6º da Lei nº 67/98;
- 21ª E a legitimação para a manutenção dos dados decorre também da al. a) do Artº. 6º da Lei nº 67/98 visto que, pelo menos o contrato de abertura de conta, que foi necessariamente celebrado concomitantemente com a convenção de cheque rescindida, permanece em vigor, permitindo a conservação dos dados "em execução de contrato", sem atender a que, em relação a muitos clientes, também outras operações bancárias que foram objecto de formalização, permanecerão "em execução";
- 22ª Sem esquecer que tal legitimação decorre ainda e também da al. b) do Artº. 6º da Lei nº 67/98, porque a conservação dos dados é indispensável para a CGD
- 

620
4

cumprir obrigações legais, sejam as resultantes do Regime Jurídico do Cheque sem Provisão, sejam decorrentes de normas regulamentares, sejam ainda as impostas às instituições de crédito, no âmbito do dever de cooperação com as autoridades judiciárias;

23ª O tratamento, manutenção e conservação dos dados sobre cheques sem provisão, com a finalidade genérica permitida pela Autorização nº 51/95, resultam, assim, legitimados pelas alíneas a), b) e c) do Artº. 6º da Lei nº 67/98;

24ª Assim, o acto administrativo dirigido à CGD constante da Deliberação da CNPD nº 91/98, de 4/12/98, procedeu a uma errónea interpretação e aplicação das normas das als. a), b) e e) do Art. 6º da Lei nº 67/98, de 26 de Outubro, bem como dos princípios da finalidade, da pertinência, da necessidade, da actualização e da limitação do prazo de conservação da informação em função dos motivos determinantes do registo, consagrados nas als. b), c), d) e e) do nº 1 do Artº. 5º do mesmo diploma, em conjugação com o regime disposto no Decreto-Lei nº 454/91, de 28 de Dezembro e no ponto III. 8. da Instrução nº 1/98, de 16 de Fevereiro e no ponto nº 26 do Aviso nº 1741-C/98, de 28 de Janeiro, estes emitidos pelo Banco de Portugal, erros dos quais resulta a invalidade do acto impugnado por violação dos preceitos e diplomas indicados.

Assim, nestes termos e nos demais de Direito, deverá o presente recurso contencioso ser julgado procedente e a final anulado o acto administrativo recorrido.

Juntam-se: - Duplicados legais

JOSÉ MANUEL MARTINS
ADVOGADO
C.F. 120 961 873 - 2ª Rep. F. Seixal
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA - DAJ/CONTENCIOSO
Av. 5 de Outubro, 175 - Tel. 217918000 / Fax 217937834
1050 - 053 LISBOA

O ADVOGADO

José Manuel Martins

Tribunal Central Administrativo

A autoridade recorrida contra-alegou mantendo a posição assumida na Resposta (Cfr. fls. 140 e segs.)

O Digno Ministério Público emitiu o douto parecer final de fls. 150 a 152, defendendo a rejeição do recurso contencioso por falta de legitimidade da recorrente.

Visando salvaguardar amplamente o princípio do contraditório ordenou-se de novo o cumprimento do disposto no artº 54º da LPTA, em relação às questões prévias referidas naquele douto parecer final.

Colhidos os vistos legais, vêm os autos à conferência para julgamento.

OS FACTOS :

A- A Comissão Nacional de Protecção de Dados, doravante designada por Comissão, produziu em 4/12/98 a deliberação nº 91/98, cujo teor se encontra certificado a fls. 63 a 81 dos autos e que aqui se dá por integralmente reproduzido.

B- Nos termos dessa deliberação a Comissão impôs ao Banco Santander e ao Banco de Comércio e Indústria a eliminação em 90 dias dos dados, referentes aos seus clientes e desde que não haja consentimento do titular, que constituam “ referências negativas “ a cidadãos em relação aos quais já tenha cessado “ o período de rescisão da convenção (de cheque) (artº 1º e 3º, nº 2 do DL nº 454/91 e ponto 26 do Aviso nº 1741-C/98), logo que haja remoção da listagem (artº 1º, nº 7 e 4º do DL nº 454/91 e ponto 18 da Instrução 1/98), desde que cesse o período de interdição judicial do uso de cheque ou se verifique reabilitação judicial (artº 12º, nº 1, 2, 8 e 9) “

C- Mais deliberou que : “ Enquanto estiver registada a informação não pode ser facultada a terceiras entidades financeiras (sejam elas do Grupo ou não, e muito menos, a entidades “ não destinatárias do sistema”) ou utilizadas para outra finalidade que não seja para efeito de gestão dos efeitos da convenção

Tribunal Central Administrativo

de rescisão e, nomeadamente, para cumprir a exigência constante do ponto III.8 da Instrução nº 1/98.

As instituições financeiras devem proceder à eliminação dos dados, nos termos da presente deliberação, no prazo de 90 dias. “

D- Esses dois bancos aceitaram a deliberação nº 85/98, de 1/10/98, da CNPD, que lhes ordenou a “ actualização dos ficheiros que têm como finalidade a gestão de informação sobre cheques sem provisão, procedendo à eliminação das “ referências negativas “ relativas a todos os cidadãos em relação aos quais já tenha cessado o período da rescisão da convenção (artº 1º), tenha ocorrido remoção da listagem (artº 4º), tenha cessado o período de interdição judicial de uso de cheque ou se verifique a reabilitação judicial (artº 12º nº 1, 2, 8,e 9) “, em 30 dias, em relação aos seus “ não clientes “.

E- A deliberação aqui impugnada decidiu reclamação apresentada pelo Banco Santander e pelo Banco de Comércio e Indústria contra a decisão supra referida em D), na parte respeitante aos seus “ não clientes “.

F- Através do ofício nº 1695, de 4/12/98, assinado pelo Vogal Dr. Amadeu Guerra, a Comissão enviou à CGD uma cópia da deliberação nº 91/98.

G- Tal ofício foi redigido nos seguintes termos :

“ Assunto : Tratamento de informação sobre cheques sem provisão.

Com referência ao assunto em epígrafe, remete-se a V. Ex^{as}, para os fins tidos por convenientes, cópia da deliberação nº 91/98 proferida pela CNPD em 04.12.98.

Aguarda-se que dentro do prazo fixado seja dado cumprimento ao ordenado na parte final da referida deliberação,” (Cfr. fls. 63 dos autos)

H- Por duto Acórdão de 14/1/99, transitado em julgado em 28/1/99, e prolatado nos autos de suspensão nº 2214-A/98, desta 1ª Secção, a CGD obteve a suspensão de eficácia, sujeita ao cumprimento da condição ali enunciada, do ponto nº 3 da deliberação nº 85/89, de 1/10, da Comissão, que lhe impunha a seguinte obrigação :

“ Estas entidades financeiras - CGD (...) - devem proceder à actualização dos ficheiros que têm por finalidade a gestão da informação sobre cheques sem provisão, procedendo, à eliminação das “ referências negativas “ relativas a todos os cidadãos em relação aos quais já tenha cessado o período de rescisão da convenção (artº 1º), tenha ocorrido remoção da listagem (artº 4º), tenha cessado o período de interdição judicial do uso de cheque ou se verifique a

Tribunal Central Administrativo

reabilitação judicial (artº 12º, nº 1, 2, 8 e 9). Estas entidades devem, no prazo de 30 dias, informar a CNPDPI sobre as diligências efectuadas e sobre o número dos registos eliminados” (Cfr. certidão junta a fls. 66 e segs. dos autos de suspensão de eficácia, em apenso)

O DIREITO :

Tendo em conta a génese, o contexto e a literalidade da Deliberação nº 91/98, na parte aqui impugnada, da CNPD, entendemos valerem integralmente quer os argumentos aduzidos no Acórdão proferido 25/3/99, no processo em apenso, quer as razões aduzidas no douto parecer final do Digno Ministério Público, que aqui se dão por reproduzidos, e conduzem à rejeição do presente recurso contencioso por ilegitimidade da recorrente.

Com efeito e contrariamente ao defendido pela recorrente, não se identificando explicita e concretamente naquela deliberação a CGD como sua destinatária, não se poderá extrair da simples referência pontual à CGD contida a fls. 5 daquela deliberação e da circunstância de esta haver recebido o ofício referido em F) e G) da matéria de facto, o contrário, sob pena de a notificação recebida acabar por alterar o efectivamente deliberado, quanto aos seus destinatários que apenas são o Banco Santander e o ex- Banco de Comércio e Indústria, o que não é juridicamente admissível.

Ou seja, a CGD não sendo visada por aquela deliberação nº 91/98 não tem qualquer interesse directo, pessoal e legítimo na anulação contenciosa da dita deliberação da CNPD (Cfr. artº 46º/1º, do RSTA)

A não se entender assim, valerão as razões aduzidas no parecer final do Digno Ministério Público - e que de alguma maneira resultam implícitas na argumentação contida no Acórdão proferido no processo apenso -, e que conduzem à ausência de lesividade autónoma da deliberação impugnada que se limitou a reproduzir o núcleo essencial da decisão constante da anterior deliberação nº 85/98, não obstante a entrada em vigor da “ nova legislação de protecção de dados “- DL nº 67/98, de 26/10 -, razão igualmente conducente a rejeição do presente recurso contencioso.

Finalmente e a também não se entender assim, sempre haveria que considerar que a própria fundamentação da deliberação impugnada e a posição assumida nos autos pela autoridade recorrida, deitam por terra a argumentação extensa, mas muito imprecisa, utilizada pela CGD no sentido da manutenção do “

Tribunal Central Administrativo

status quo “ por violação do quadro legal vigente em matéria de protecção de dados, não se mostrando sequer suficientemente concretizados os vários vícios imputados à deliberação recorrida - veja-se neste sentido as profusas conclusões das alegações finais apresentadas -, o que conduziria ao naufrágio do presente recurso contencioso.

Pelo exposto, acordam em rejeitar o recurso contencioso por ilegitimidade da recorrente.

Custas pela recorrente, fixando-se a taxa de justiça em 200 € e a procuradoria em metade dessa quantia.

Notifique.

Lisboa, 616/2002

Carla de Almeida Albuquerque

Jos. B. O. S. -

Autor